

Intervenção do **Professor José Filipe Pinto**
na Academia Internacional da Cultura Portuguesa
em 29 de Março de 2016
sobre o livro de Adelino Torres: **Vida Breve**, ed. Colibri, 2016

A missão de que o autor me encarregou está muito para além das capacidades de alguém que, apesar do gosto que sente pela poesia, não dispõe de formação académica nessa área.

Convinha, por isso, ter dado ouvidos à prudência. No entanto, a amizade desaconselhou a opção lógica e aceitou correr um risco semelhante ao do sapateiro de Apeles.

Como forma de minimizar, dentro do possível, o grau de risco, abstive-me de tecer comentários sobre os aspetos formais e limitei-me aos elementos temáticos.

Ora, a esse nível, o nono livro de poesia de Adelino Torres apresenta, relativamente à obra poética anterior, algumas continuidades e significativas descontinuidades.

Começando pelas continuidades, diga-se que o título – Vida breve – tem presente, ainda que de forma implícita, a ideia de «morte», um elemento marcante na poesia de Adelino Torres.

Porém, e aqui reside uma primeira descontinuidade, a morte é encarada em diferentes perspetivas podendo falar-se de uma forma de aceitar a vida, como se constata no poema 20, «Encarar a morte» ou de uma recusa de pensar a morte, como indica a versão final do poema 39, «Perplexidade». Um verso que não termina num ponto logicamente final. Prefere os três pontos das reticências, uma marca da incerteza do autor que não está seguro de a razão assistir a Averno no que concerne ao destino comum do corpo e da alma.

Morte que volta a aflorar, por exemplo, no poema 43 «Velhice» porque, “quando a velhice se instala, o declínio é inexorável”. Só que a sentença final – “e nada se renova” – volta a ser seguida de reticências. O espaço para a dúvida.

Dúvida que permite a inversão patente no poema 23, «Imagem». A morte apresentada como uma imagem de domesticação – o cão aos pés do autor. Uma espécie de superioridade face à morte, domesticada e reduzida à vontade do dono. Algo que parece apontar para a crença na imortalidade, pois “renunciar à salvação terrestre não é renunciar a um devir” – poema 44, «Renúncia». Uma ideia ainda não segura e, como tal, passível de flutuações ao longo da obra.

Adriano Moreira fala da angústia dos sobreviventes. Adelino Torres recupera a ideia quando, no poema 56, «Anos que passaram», dá conta dos anos que “fugiram receosos” e a um ritmo vertiginoso, condenando a existência pessoal à “saudade ou à indiferença ao tempo”.

Saudade que, se por um lado, não se enquadra no saudosismo de Pascoais, por outro, possibilita o «Regresso à ilusão» no poema 57. Afinal, no campo pessoal, a memória sobrevive e “faz bater inutilmente o coração que se recusa a morrer”, antes de descobrir que ninguém volta ao que já não existe, um passo necessário e desencantado para transformar a ilusão em pó.

No caso, Angola ficou mais distante no tempo e não foi pela omissão a que Adelino Torres a votou nos poemas deste livro.

Ainda neste âmbito, mas entrando nas discontinuidades, há uma ausência presente. Alguém que não necessita de ser nomeada. Basta lembrar que um fado canta – ou chora – que, quando alguém parte, “quem fica é que lembra toda a vida as saudades da partida e os olhos de quem morre”.

Esta é uma novidade do presente livro. Uma abordagem eivada de elementos filosóficos, circunstância a que não são alheias as muitas horas dedicadas pelo autor à leitura dos filósofos, poetas e cientistas sociais e políticos. Uma forma recuperada ou construída a partir da visão integracionista que Adelino Torres já descobriu em alguns pensadores portugueses. Sim, porque, como mostra o poema 38, existe um pensamento português. Uma amálgama desigual “com um excesso de céu” – uma prova de que o autor não convive bem com o excesso de misticismo – “alguma coisa de mar e a trágica escassez de terra”. Um pensamento que, ao contrário do Integralismo Lusitano, não denota carência do elemento filosófico. Um pensamento que tem em Adelino Torres um estudioso sedento. Seja do saudosismo de Pascoais, do criacionismo de Leonardo Coimbra, da Águia, da Seara Nova, do Orfeu e da Presença.

Um estudo que não se queda pelo plano nacional e por um período limitado do século XX. Daí as referências a Espinosa, Arendt, Steiner, Žižek, Heidegger, Nietzsche, Sloterdijk, Ricoeur, Ortega y Gasset, Conche, Jankélévitch, Luís de Araújo ou Celeste Natário. Uma forma de reconhecer as marcas da influência que esses pensadores exercem sobre um autor que não se limita à reprodução de modelos ou mundividências. Alguém que usa as leituras como inspiração ou adjuvante para a formação de ideias na primeira pessoa.

Fernando Pessoa recusava ser sonhador. Preferia pensar com imaginação. Adelino Torres não se afasta significativamente dessa posição, como demonstram as suas reflexões sobre várias temáticas: o mundo moderno, as guerras, a política, a inocência, a ganância, a incerteza, a renúncia

Afinal, ao contrário do que defendia Platão, a cidade que se quer perfeita, ainda que utópica, não pode dispensar os poetas.

Retomando a questão das continuidades, importa registrar a presença de uma temática tão grata ao autor – a denúncia repulsiva de situações humanamente inaceitáveis.

Assim, no poema 26 – «Interlúdio» – fala de um “mundo canceroso do crescimento pelo crescimento”. É o poeta a socorrer-se do socioeconomista inquieto até porque há o perigo real de sermos “meros habitantes do mundo das máquinas” – poema 22, «Mundo moderno» –, uma preocupação que bebe influência em Husserl e no receio de uma existência que, em nome da eficácia e da eficiência, esqueça o Homem.

Denúncia que chamou à colação os “cavaleiros de boa memória” – poema 49, «Exterminação». Aqueles que “não esquecem nada, nem a impunidade dos nazis inocentados nem o silêncio dos fuzilados”. Um silêncio que grita como Goya soube retratar num óleo sobre tela nos rostos e nos gestos dos madrilenos que se opuseram à saída forçada do príncipe Francisco de Bourbon para França – «Os fuzilamentos do três de maio».

A montanha do Príncipe Pio como mais um dos lugares do “crepúsculo do homem”, embora incomparável ao horror de Auschwitz que o autor refere por duas vezes: “os gélidos campos da morte com gás em chuveiros a fingir”. Uma chuva de desumanidade.

A memória com o seu inventário de ativos e passivos constitui um instrumento privilegiado para evitar que a reescrita da História, um sonho que alimenta a vida dos ditadores, personagens a quem, nesta obra, Adelino Torres volta a não dar descanso, ainda que privilegiando a designação coletiva, “os Pinochet espalhados pelo mundo” – Poema 46 e «Os esquecidos», um título que aponta para a realidade de haver esquecimentos muito bem lembrados. Uma memória que importa preservar. Passar à escrita. Para que a narrativa seja “a guardiã do tempo” – poema 28 «Linguagens» - uma vez que é impossível “imaginar o devir se se esqueceu o passado” – poema 33, «Incerteza».

Também o tema da irracionalidade do mundo volta a marcar presença neste livro. Afinal, tal como Camões, também Adelino Torres “os bons viu sempre passar na vida graves tormentos”. Um equívoco, título dado ao poema 21. Uma denúncia revoltada contra os jihadistas, “essas hienas falantes”, que se exprimem com recurso a armas, “ignoram tudo dos grandes sábios antigos”, tal como não percebem que não existe guerra santa, “uma expressão obscena que perturba a mente dos escravos que se julgam livres” - poema 50. Certamente por isso, o islamo-salafismo não passe de “uma nuvem de poeira onde só respiram os que já estão mortos” – poema 19, «Islamo-salafismo». Um obstáculo à materialização de uma Aliança de Civilizações, pois “quando o paraíso se constrói à sombra das espadas, só desabrocham flores de morte” – poema 29, «Religiões».

De facto, vivemos “tempos tormentosos”, como evidencia o título do poema 40, talvez porque “num mundo que não tem Deus” o homem “está condenado a inventar o homem” – poema 60, «Incerteza» - tarefa ainda não alcançada.

A referência ao mundo sem Deus talvez não traduza a frase de Pascoais “Deus é ausência infinita”, mas também dificilmente reproduz por inteiro o pensamento do hegeliano Ludwig Feuerbach que via nas religiões a causa primeira de todas as alienações.

Sendo Adelino Torres um leitor perseverante de Leonardo Coimbra, talvez cause alguma estranheza inicial que tenha escolhido «Inutilidade» para título do poema 45. Uma sensação logo ultrapassada quando se percebe que o poema se destina a colocar o enfoque não no destino dos mortos, mas nos “vivos”, aqueles “que podem ser recuperados quando alguma coisa vale a pena”. Trata-se, afinal, da primazia da vida, pois, como Coimbra escreveu na obra *O Criacionismo. Esboço de um sistema filosófico*: “O homem não é uma inutilidade num mundo feito, mas o obreiro dum mundo a fazer”.

Construção que, na opinião do autor, ainda se apresenta muito longe da perfeição, situação a que provavelmente não será alheia a preferência por “conceber a ideia como ideal”, em vez de “pensar o real da ideia” – poema 10, «Idealismo». A necessidade de tradução prática. A passagem ao plano dos atos que, como defende Manuel Patrício, são as únicas ações verdadeiramente dignas de serem consideradas humanas.

Muito mais haveria para dizer sobre as temáticas e as abordagens que delas são feitas nesta obra. Porém, como ao contrário do padre António Vieira quando escreveu ao rei, tenho tempo para ser breve, termino precisamente com uma sucinta referência ao tempo.

Assim, o poema inicial denomina-se «Tempos verdadeiros» e a palavra «tempo» surge – implícita ou explicitamente – em diversos poemas.

Tempo que, conjuntamente com o espaço, representam “as duas marcas da finitude” – poema 51, «Naturalismo». Um regresso à ideia de morte como vazio. A angústia presente na «Lição de vida» de alguém que vê o homem “sozinho ao nascer, solitário ao morrer” – poema 42.

Adriano Moreira ensinou-me que a única irreverência que o tempo não perdoa é que o percam. Penitencio-me por vos ter feito perder aquilo que não possuo a faculdade de vos devolver.

Que a qualidade da obra sirva de atenuante para a minha falta!

Intervenção de Adelino Torres aquando da apresentação pública do seu livro **Vida Breve** (2016), Lisboa, ed. Colibri na Academia Internacional da Cultura Portuguesa em 29 de Março de 2016

*Porque é que compomos versos ou escrevemos **Críticas da Razão Pura**? É aquilo que George Steiner chama “o fascinante esplendor do inútil”- É verdade que os exercícios intelectuais ou artísticos não tornam os homens mais humanos, mais aptos para a justiça e para a compaixão” mas dão à sociedade um conteúdo inovador...*

Todas as formas de linguagem mergulham num oceano que é a **língua**, essa **alma mater** das expressões humanas.

Vilem Flusser, importante filósofo e linguista brasileiro de origem checa, infelizmente muito pouco conhecido em Portugal, diz que a literatura (poesia e prosa) inclui o aspecto mágico da língua com todas as formas de pensamento bem como o conjunto das actividades do intelecto, da matemática à poesia, à música e às artes plásticas, vindo assim a identificar-se com o sistema de símbolos, pelo que ciência e filosofia deveriam ser entendidas como pesquisas da língua, quer dizer como o resultado de um todo que aponte para a objectividade.

Numa palavra, a arte e a ciência não se separam e são até, de certo modo, **complementares**. São um todo inseparável, uma expressão diferente de uma visão convergente do mundo...

Isto opõe-se a algum pensamento universitário actual que separa de um lado a “**ciência**” e tecnologia e, do outro lado, o pensamento especulativo, cada um deles estranho ao outro, situação que aponta para uma aberrante hermenêutica contrária ao humanismo, que constrói

mundos hostis donde o homem é expulso, em nome da eficácia, da técnica e do dualismo determinista, como **Husserl** referiu.

Uma vez que sou docente e estou profissionalmente ligado à Economia, reparo que esse determinismo está muito presente no actual pensamento na ciência económica na senda das *“duas culturas”* de C.P. Snow (1993) onde se discutia a separação entre as “letras” e as “ciências”...

Como é sabido, em vez de corrigir, houve afunilamento ainda maior desde então, o que se me afigura desastroso.

Com efeito, se olharmos para algumas décadas atrás, é curioso pressentir na antiga atitude dos filósofos e poetas portugueses de meados do século XX (1920-50) um movimento intuitivo de síntese *poético-científica* de uma certa *“universalização”* que parecer ter-se desvanecido entretanto.

Os pensadores desses anos tinham a intuição de que tudo dependia de tudo, o que é bem mais estimulante do que a morte do conhecimento pelo isolamento do homem em relação ao cosmos.

É fundamental defender que o racionalismo da ciência não é incompatível com a **arte**, a **metafísica** e a **cultura**, como Bachelard bem o demonstrou em toda a sua obra.

O filósofo checo Jan Patočka, assassinado pela polícia estalinista nos anos 1970, observou que o actual processo de *“tecnicização”* do conhecimento corresponde a um desvio do racionalismo moderno com um carácter cada vez mais autorreferencial que revela o vazio que atinge a sociedade moderna, como parece evidente na crise europeia actual.

O factor técnico, disse ainda Jan Patocka, “por muito útil que seja, é incapaz de fornecer um único argumento em defesa da liberdade humana”.

É talvez por isso que a era da técnica que atravessamos é o tempo da solidão onde a **universalidade** se está a perder sob a falsa aparência da “globalização” que se pretende solidária (ver a **crise dos refugiados na U.E.**).

Em resumo, a natureza humana desprovida do seu conteúdo intersectorial e universalizante (artístico, científico, etc.) é o novo estado de guerra do “**todos contra todos**” de que falava Hobbes e que talvez a Europa esteja por esta via a anunciar...

Nesse contexto, a **interdisciplinaridade universalizante** é talvez uma das questões-chave do nosso tempo na campo cultural...